

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
**Secretaria de Gestão Estratégica**  
**Seção de Planejamento e Estatística**

**ATA DE 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2021**  
**Comitê de Governança e Estratégia (CGE)**

**Informações Gerais**

**Data:** 28/04/2021

**Horário:** das 14 horas às 17h30

**Local:** Google Meet: [meet.google.com/bkv-qtgt-ctw](https://meet.google.com/bkv-qtgt-ctw)

**Pauta**

1. Informe da Estratégia para o ciclo 2021-2026
2. Acompanhamento de Estratégia para o ciclo 2015-2020
  - a. Metas e indicadores nacionais
  - b. Análise estatística
  - c. Indicadores do Plano Estratégico do TRT/MG
  - d. Portfólio de Projetos Estratégicos
3. Metas e indicadores nacionais 2021
4. Deliberações da reunião anterior
5. Considerações finais

O secretário de Gestão Estratégica, Bruno Pereira Boaventura Torrozo, abriu a reunião. Destacou que o colegiado de gestão estratégica foi repaginado: houve aglutinação da Comissão de Gestão Estratégica, do Comitê de Gestão de Riscos e do Grupo Estratégico, para ser instituído o Comitê de Governança e Estratégia (CGE). Falou sobre a composição do CGE e explicou a sistemática de funcionamento da Reunião de Análise da Estratégia (RAE) e do próprio colegiado, evidenciando a decisão dos membros em convocar os componentes do extinto Grupo Estratégico na realização das RAEs.

Passou a palavra ao chefe da Seção de Planejamento e Estatística (SPES), Olavo de Oliveira Dantas, para a condução da 1ª RAE de 2021. Ele explicou que a RAE se referia à análise do último ano do Plano Estratégico Institucional (PEI) para o ciclo 2015-2020; que o PEI para o ciclo 2021-2026 está em curso de aprovação pelo Tribunal Pleno; reforçou que compete ao CGE realizar as RAEs, conforme a Resolução CSJT 259/2020, e que as RAEs são realizadas, minimamente, três vezes ao ano, para análise dos pontos críticos da estratégia; informou que, para compor o CGE em vagas eletivas, as inscrições para escolha de três servidores estão abertas até 5/5/2021, e, até 7/5/2021, as inscrições para formação de lista de desembargadores que serão escolhidos em votação na próxima sessão do Pleno (todos com mandato até 31/12/2023).

**1. Informe da Estratégia para o ciclo 2021-2026**

O chefe da SPES explicou que o PEI deve ser publicado até o fim de maio de 2021. Sendo assim, foi encaminhada ao Tribunal Pleno a cartilha do PEI, acompanhada de minuta da resolução que o instituirá, para que sejam votadas na próxima sessão. Foi apresentado o mapa estratégico para o novo ciclo, em formato intuitivo, incluindo missão (única para a JT), valores e visão de futuro; falou também dos objetivos estratégicos, que serão únicos para JT, das metas e seus indicadores; alertou que este ano serão medidos apenas os indicadores relacionados às metas nacionais e que,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Secretaria de Gestão Estratégica  
Seção de Planejamento e Estatística

ATA DE 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2021  
Comitê de Governança e Estratégia (CGE)

para 2022, o CGE aprovará os indicadores que serão medidos, além do portfólio de iniciativas estratégicas, a ser apresentado, ainda em 2021, pelo Escritório de Projetos, Riscos e Governança (EPRGOV).

2. **Acompanhamento de Estratégia para o ciclo 2015-2020**
  - a. Metas e indicadores nacionais
  - b. Análise estatística

Foram apresentados os resultados do TRT em relação às metas e indicadores nacionais, durante o ano de 2020:

**Meta 1 não foi cumprida** = julgar mais processos do que os distribuídos - 93,5% de cumprimento (meta batida em três dos seis anos do ciclo, isto é, 2017, 2018 e 2019, sendo que em 2017 e 2018 houve redução do percentual de cumprimento pelo CNJ);

**Meta 2 não foi cumprida** = identificar e julgar pelo menos 92% dos processos distribuídos até dez/2018 em 1º e 2º graus - 99,81% de cumprimento (meta batida em todos os anos do ciclo, exceto em 2020, sendo que nos anos de 2016, 2017 e 2018 a meta era de 90% de processos distribuídos, ou seja, 2% a menos). Em análise individualizada, verificou-se que a Segunda Instância cumpriu a meta. A Vice-Corregedora, Desembargadora Maristela Íris da Silva Malheiros, relatou que, desde o início da gestão, os secretários e juízes estão sendo alertados para o cumprimento das metas 1 e 2 nas correições e que o cumprimento não se deu na meta 2 por percentual ínfimo. Ressaltou, ainda, a importância da priorização, pela SEGE, da construção de painel de BI com resultados das metas 1 e 2, para acompanhamento mensal pelos juízes e monitoramento/marcação pela Corregedoria. A corregedora, Desembargadora Ana Maria Amorim Rebouças, citou a diretriz estratégica da Corregedoria Nacional que exige o acompanhamento das metas 1 e 2 e ressaltou que, hoje, cinco VTs estão sendo monitoradas de forma mais ativa. Foram discutidos problemas, específicos nas VTs, detectados em correições, relativos ao não cumprimento de metas. O secretário da SEGE ressaltou a importância de o Tribunal aprender a usar os registros estatísticos a seu favor; que não se pode pensar em cumprir as metas em detrimento da boa técnica; que, em taxa de congestionamento, o TRT/MG é o melhor dentre os tribunais de grande porte; que é preciso avaliar o trabalho como um todo e, nesse contexto, o TRT/MG apresenta-se bem, e as comprovações estão nos resultados do Prêmio CNJ de Qualidade;

**Meta 6 CNJ (Meta 8 CSJT) foi cumprida** = priorizar o julgamento das ações coletivas - identificar e julgar 95% das ações coletivas distribuídas até dez/2017 (1º grau) e até dez/2018 (2º grau);

**Meta 4 CSJT foi cumprida**, considerando a cláusula de barreira = reduzir o prazo médio de duração do processo da 2ª instância - 2º grau - reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2018, em 2% em 2020. A Corregedora sugeriu que sejam inseridas legendas nos slides da apresentação para melhor entendimento dos faróis verdes, amarelos e vermelhos. O Secretário da SEAUD sugeriu utilizar tamanhos diferenciados para os objetos circulares representativos dos faróis em substituição às cores, a fim de tornar mais intuitivo o entendimento. O Secretário da DTIC ressaltou, ainda, a questão da acessibilidade que deve ser considerada quando da elaboração dos slides;

**Meta 5 CSJT foi cumprida** = reduzir o prazo médio de duração do processo da 1ª instância - 1º grau (Fase de Conhecimento) - reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2018, em 4% em 2020. A Vice-Corregedoria ressaltou que essa meta é a única que, para cumprir, é necessário o



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Secretaria de Gestão Estratégica  
Seção de Planejamento e Estatística

ATA DE 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2021  
Comitê de Governança e Estratégia (CGE)

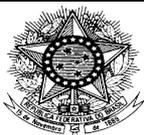
alcance de menos de 100%, e entende ser a meta mais importante do jurisdicionado, já que mede o tempo médio da distribuição até a prolação da sentença. Afirmou, ainda, estar feliz por esta meta ter sido cumprida pelo Tribunal. A corregedora evidenciou o impacto do julgamento dos processos sobrestados no cumprimento desta meta. O secretário da SEGE mostrou a melhoria através de análise pormenorizada: das 158 unidades judiciárias, 110 tiveram rendimento igual ou acima de 100%. Com resultado entre 70% e 99,9%, foram 28 VTs e abaixo de 70%, 20 VTs;

**Meta 3 CNJ, Meta 9 CSJT, Meta 15 TRT/MG foi cumprida** = estimular a conciliação - manter o percentual do biênio 2017/2018 no Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento (cálculo do índice = # conciliados/ # solucionados);

**Meta 7 CNJ, Meta 10 CSJT, Meta 17 TRT/MG foi cumprida** = priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos - identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior;

**Meta 2 CSJT não foi cumprida** = Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD); Meta 87,13 e resultado 82,68%. A palavra foi passada à diretora da Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), Marília Souza Diniz Alves, que fez as seguintes colocações: o conceito do IEOD é diferente do conceito do art. 62 da LDO; na LDO, que é a referência usada para o relatório de gestão do TCU, trabalha-se somente com análise da dotação discricionária para aferir a execução, e isso foi, de certa forma, bom, já que o que o Tribunal teve 7,3% de recurso discricionário não utilizado (redução advinda de algumas frustrações de contratação, da covid e da política de gastos da gestão atual); mesmo assim, as sobras foram utilizadas em várias iniciativas como: adiantamento para 2020 de despesas previstas para 2021 e disponibilização para o CSJT de valor significativo, por crédito, para uso em recurso de pessoal, mas, devido à incerteza sobre o retorno do trabalho presencial, trabalhou-se durante todo o tempo com provisionamento; já o IEOD trabalha com a dotação disponível em atividades, despesas obrigatórias, que acabam sendo inscritas em RAP para pagamento no ano seguinte; quanto ao não alcance da meta no ano de 2020, tanto das despesas já citadas, quanto do RAP, a DOF considera que foi um desempenho bom para o contexto; em outros momentos, num cenário sem pandemia e sem possibilidade de retorno ao trabalho presencial, o resultado poderia ser tido como ruim, mas, considerando a realidade do cenário de 2020 e, ainda, considerando as iniciativas tomadas de disponibilizar recursos para o CSJT e de adiantar contratações de 2021, o resultado foi satisfatório. A diretora da Diretoria-Geral (DG), Sandra Pimentel Mendes, validou a fala da diretora da DOF e afirmou que houve monitoramento do orçamento durante todo o ano para que o resultado fosse satisfatório;

A palavra foi passada à assessora da Vice-Corregedoria, Keila Andrade Alves Rubiano, para apresentar as Metas 9, 10 e 11, do CNJ. Foram apresentados os resultados da **Meta 9 do CNJ, que foi cumprida** = integralizar a agenda 2030 da ONU ao Poder Judiciário mediante a realização de ações de prevenção ou desjudicialização de litígios. Explicou que, para o cumprimento dessa meta, o TRT/MG, em parceria com a Procuradoria Regional do Trabalho, elaborou plano de ação visando à celebração de acordos de cooperação técnica com empresas, a fim de prevenir litígios relacionados ao meio ambiente de trabalho e, por consequência, ações com pedidos de adicional de insalubridade; então, em 19/11/20, foi firmado o 1º Acordo de Cooperação Técnica Interinstitucional com os Supermercados BH e a meta foi cumprida, com o respaldo das Resoluções CSJT 174/2016 e CNJ 350/2020; ressaltou também as ações em desenvolvimento com o PRUNART, em parceria com a UFMG, com a finalidade de conferir maior efetividade ao acordo e, ainda, ressaltou um segundo acordo, nos mesmos termos do primeiro, com a Vale S.A. previsto para o mês de maio de 2021;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Secretaria de Gestão Estratégica  
Seção de Planejamento e Estatística

**ATA DE 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2021**  
**Comitê de Governança e Estratégia (CGE)**

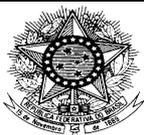
A **Meta 10 do CNJ foi cumprida** = saúde de magistrados e servidores - realização de exames periódicos em 20% dos magistrados e em 25% dos servidores (suspensão pelo CNJ em razão da pandemia e das dificuldades para a realização dos exames periódicos), além de ações visando à redução de doenças dentre as cinco mais apontadas nos exames periódicos realizados pelo Tribunal (a SES realiza diversas ações nesse sentido: o projeto de avaliação de risco e prevenção individual de doenças cardiovasculares, formalização e orientação aos servidores em teletrabalho, o projeto Saudavelmente, relacionado à saúde mental, o programa de acolhimento psicológico, a divulgação do Outubro Rosa e do Novembro Azul);

**Meta 11 do CNJ foi cumprida** = promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente = promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil; o Tribunal realiza várias ações referentes a esse termo; o Comitê Gestor do Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem elaborou relatório de 25 páginas com 68 ações relacionadas ao tema, sendo que a ação apresentada ao CNJ para cumprimento da meta foi “Outubro da Criança” (de forma adaptada devido à pandemia). O secretário da SEGE parabenizou todas as pessoas que atuaram nesses projetos e ações para cumprimento das Metas 9, 10 e 11, e ressaltou que o Tribunal é referência no atendimento da Meta 9. A Vice-Corregedora também agradeceu o apoio de todos os envolvidos e explicou que a atuação do Tribunal nos acordos com os Supermercados BH não pode ser confundida com usurpação da função dos juizes, já que se trata, na realidade, de prevenção de litígios e de evitar o adicional de insalubridade.

As análises estatísticas de todos resultados e os comparativos com anos anteriores foram externados pelo estatístico da SEGE, Victor Aubin Verzani Souza, de forma detalhada e por meio de gráficos, ao longo da apresentação. Durante a exposição, foram detectados problemas em alguns resultados que demonstram comportamento improvável, em 2020, da quantidade de processos distribuídos no 1º Grau (e-Gestão). Foi deliberada a revisão das informações e a prestação de esclarecimentos aos presentes por parte da SEGE.

### **c. Indicadores do Plano Estratégico do TRT/MG**

O chefe da SPES a apresentou visão do desempenho geral dos objetivos estratégicos por meio de faróis inseridos no mapa estratégico do ciclo 2015-2020 e por meio de gráficos de pizza; destacou o objetivo estratégico “Aperfeiçoar o recrutamento e a distribuição da força de trabalho” como o único não alcançado e destacou, ainda, o indicador 54 (número de dias despendidos na fase interna para realização de aquisições por Pregão Eletrônico), vinculado ao objetivo “Otimizar a logística de materiais, bens e serviços”, que não foi cumprido (meta 2020 = 60 dias; resultados de 2019 = 81 dias e de 2020 = 87 dias). Foi questionada a forma de aferição do número médio de dias. Passou-se a palavra ao diretor da Diretoria de Administração (DADM), que explicou que a fase interna pressupõe: planejar a aquisição, incluir no plano anual de aquisições, elaborar o estudo técnico preliminar, elaborar o termo de referência, fazer o orçamento, a análise de governança, a análise na SELC, a análise e manifestação financeira, a manifestação da assessoria jurídica, a autorização da DG ou da presidência; ressaltou que achou irrealista a definição de 60 dias como meta para o Tribunal; explicou, ainda, que quando se marca o pregão, inicia-se a fase externa e sai do controle da DADM; declarou que o indicador precisa ser revisto, retirado ou atualizado para a realidade do Tribunal; falou sobre a necessidade de diminuir os prazos e citou ações a serem cumpridas pelos secretários relacionadas à revisão e melhoria dos processos de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Secretaria de Gestão Estratégica  
Seção de Planejamento e Estatística

**ATA DE 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2021**  
**Comitê de Governança e Estratégia (CGE)**

trabalho, alterações no manual de aquisições para adaptação à nova lei de licitações e outras simplificações, a gestão do plano anual de aquisições pela DADM, autorizada pelo presidente do Tribunal, José Murilo de Moraes, com negociações para antecipação de contratações, a fim de evitar acúmulo no final de ano e, ainda, avaliação criteriosa para que aquisições não previstas no ano corrente sejam incluídas no próximo ano, a fim de valorizar o planejamento; falou sobre a mudança da sede das VTs a partir de 1º/8/2021, com previsão de funcionamento a partir de 1º/9/2021. A diretora da DG complementou dizendo que o processo de licitação é complexo; que pessoas serão treinadas; que a DG tem trabalhado na otimização dos processos de trabalho com sucesso; que há perspectiva de diminuição de prazos; que a ideia é demonstrar as mudanças por meio de indicadores; que não se devem retirar os indicadores, e sim melhorá-los; por fim, parabenizou a condução do diretor da DADM.

**d. Portfólio de Projetos Estratégicos**

O chefe do EPRGOV mostrou os seguintes resultados relacionados ao portfólio de projetos estratégicos do ciclo 2015-2020: encerrados/concluídos = 56,6% = 30 projetos; encerrados/cancelados = 26,4% = 14 projetos. Projetos em andamento, em fase de planejamento e suspensos somam nove, sendo que oito deles entrarão para o portfólio do ciclo 2021-2026. Foram apresentados os projetos em andamento, mas pendentes de aprovação como estratégicos: o Projeto “Execução Paradigma” (com andamento regular) e o “Projeto Energia Positiva” (parte deste projeto - energia fotovoltaica - está sendo analisado pelos TRTs para que se torne nacional). Foram apresentados os oito projetos que serão transferidos para a próxima carteira e a situação de cada um.

Sobre a implantação do Novo Fórum de Belo Horizonte, o presidente do Tribunal afirmou que há ainda etapas a serem executadas. O Secretário da SEGE comunicou ao chefe do EPRGOV a necessidade de adequação de escopo junto à DADM e à Secretaria de Engenharia (SENG), com definição de nova data de finalização.

O chefe do EPRGOV falou sobre o novo fluxo de aprovação de programas e projetos, que torna o processo menos burocrático, mais rápido e conseqüentemente traz vantagens para toda a instituição, já que na situação anterior muitos projetos eram aprovados quando estavam em fase final de execução. Afirmou que será necessário, para a aprovação de uma iniciativa estratégica, exigir mais informações do demandante. A proposta deverá descrever entregas pretendidas, cronograma, premissas, restrições, partes interessadas e a identificação de riscos. Tudo isso visando maior transparência e apoio institucional. Além disso, o acompanhamento, tanto pelo gerente quanto pela equipe do EPRGOV, se torna mais factível e eficiente, e eventuais correções de rumo poderão ser tomadas com maior rapidez, aumentando as chances de sucesso do projeto.

Citou, também, a nova ferramenta de gerenciamento de projetos (SISPROJ) que está em processo de implantação, e que facilitará muito os trabalhos. Afirmou que as áreas serão procuradas para participarem das oficinas de projetos.

O Secretário da SEGE afirmou que as mudanças não serão só nos fluxos de aprovação de programas e projetos. Em relação ao novo PEI, assuntos muito técnicos não serão mais submetidos ao Tribunal Pleno, que decidirá até o nível de objetivos estratégicos. Já os indicadores e metas serão decididos no âmbito do CGE, a análise técnica de projetos será feita pelo Subcomitê



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
**Secretaria de Gestão Estratégica**  
**Seção de Planejamento e Estatística**

**ATA DE 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2021**  
**Comitê de Governança e Estratégia (CGE)**

de Iniciativas Estratégicas (SINEST) e a decisão final de implantação, ou não, será do presidente do Tribunal.

### **3. Metas e indicadores nacionais 2021**

O chefe da SPES mostrou rapidamente as sete metas nacionais aplicáveis ao Judiciário Trabalhista, que serão medidas no 1º ano do ciclo 2021-2026 e ressaltou que as metas 1 e 2 permanecerão intactas durante todo o ciclo e que as outras metas poderão, ou não, sofrer atualizações a cada ano.

### **4. Deliberações da reunião anterior**

<b>Deliberação</b>	<b>Status</b>
1. Informar os membros do grupo estratégico se o procedimento de acompanhamento dos prazos dos processos licitatórios ainda está sendo realizado.	A DADM informou que o Plano de Metas da Diretoria de Administração e Secretarias Vinculadas - 2020/2021 - possui meta relativa à tramitação dos processos, cujos prazos são acompanhados pelas unidades.
2. Encaminhar manifestação ao Grupo Estratégico, por meio do e-mail da SEGE, sobre as possibilidades de atingimento da meta do indicador 34A - percentual de servidores gestores capacitados em competências gerenciais em 2020, incluindo informações sobre dos treinamentos, quantidade de vagas e pessoas inscritas com o objetivo de avaliar a efetiva participação dos gestores nos treinamentos ofertados.	Informação encaminhada em 17/11/2020 através do e-mail institucional. Matéria distribuída na mesma época ao Grupo Estratégico.

### **5. Considerações finais**

O chefe da SPES afirmou que a SEGE fará a revisão dos dados, questionados durante a reunião, referentes aos processos distribuídos em 2020 no 1º Grau; fará as retificações pertinentes na apresentação e encaminhará, em até uma semana, aos membros e convidados via e-mail. O secretário da SEGE afirmou que, durante a reunião, a equipe revisou os outros dados apresentados e que todos estão corretos.

A Vice-Corregedora agradeceu e elogiou o trabalho da SEGE, da DOF e da DADM. Evidenciou, ainda, o relato da secretária-geral do CSJT sobre o cuidado que a presidente do CSJT tem tido com a unidade que cuida da estratégia, porque nela é feito um trabalho de peso para a instituição.

A diretora da DG elogiou a reunião e sugeriu, a fim de facilitar o entendimento, que seja inserida a memória dos cálculos estatísticos no rodapé dos respectivos slides. O chefe da SPES concordou com a sugestão e afirmou que tal ação enriquecerá a apresentação e a confiabilidade do conteúdo.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
**Secretaria de Gestão Estratégica**  
**Seção de Planejamento e Estatística**

**ATA DE 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2021**  
**Comitê de Governança e Estratégia (CGE)**

O secretário de SEGE solicitou autorização do presidente para encerrar a reunião e agradeceu a participação de todos.

<b>PLANO DE AÇÃO</b>		
<b>O QUÊ?</b>	<b>QUEM?</b>	<b>ATÉ QUANDO?</b>
Revisar os dados referentes aos processos distribuídos em 2020 no 1º Grau e encaminhar aos membros e convidados via e-mail	SEGE	Em até uma semana
Inserir glossário nos slides, legendas de cores e tamanhos e revisão da acessibilidade ( <a href="https://portal.trt3.jus.br/internet/acessibilidade">https://portal.trt3.jus.br/internet/acessibilidade</a> )	SEGE	Para a próxima RAE
Adequar o escopo do Projeto “Implantação do Novo Fórum de Belo Horizonte” junto à DADM e à SENG, com definição de nova data de finalização	EPRGOV	Imediato

<b>MEMBROS DA COMISSÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA</b>	<b>PRESENÇA</b>
Presidente - Desembargador José Murilo de Moraes	Sim
1º Vice-Presidente - Desembargador Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto	Sim
2ª Vice-Presidente - Desembargadora Camilla Guimarães Pereira Zeidler	Não
Corregedora - Desembargadora Ana Maria Amorim Rebouças	Sim
Vice-Corregedora - Desembargadora Maristela Íris da Silva Malheiros	Sim
Desembargador Decano - Desembargador Márcio Ribeiro do Valle	Não
Desembargador eleito - Desembargador Marco Antônio Paulinelli de Carvalho	Não
Desembargador eleito - a definir (vago)	Não
Desembargador eleito - a definir (vago)	Não
Coordenadora do SINGESPA (em substituição) - Juíza Carla Cristina de Paula Gomes	Sim
Diretora Geral - Sandra Pimentel Mendes	Sim
Diretora Judiciária - Telma Lúcia Bretz Pereira	Não
Secretária Geral da Presidência - Ludmila Pinto da Silva	Sim
Servidor eleito - a definir (vago)	Não
Servidor eleito - a definir (vago)	Não
Servidor eleito - a definir (vago)	Não



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
**Secretaria de Gestão Estratégica**  
**Seção de Planejamento e Estatística**

**ATA DE 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2021**  
**Comitê de Governança e Estratégia (CGE)**

<b>MEMBROS DO GRUPO ESTRATÉGICO ANTERIOR</b>	<b>PRESENÇA</b>
Diretoria de Administração - Carlos Athayde Valadares Viegas	Sim
Diretoria de Gestão de Pessoas - Flavia Dantes Macedo Neves	Sim
Diretoria de Orçamento e Finanças - Marília Souza Diniz Alves	Sim
Diretoria de Tec. da Informação e Comunicações - Gilberto Atman Picardi Faria	Sim
Assessoria da Vice-Corregedoria Regional - Keila Andrade Alves Rubiano	Sim
Secretaria da Escola Judicial - Juiz Fernando Brescia dos Reis	Sim
Secretaria de Apoio Judiciário - Denise Maria Reis Grego	Sim
Secretaria de Comunicação Social - Adriana Spinelli	Não
Secretaria de Gestão Estratégica - Bruno Pereira Boaventura Torrozo	Sim
Secretaria de PJe, e-Gestão e Tabelas Unificadas - Ana Helena Duarte Timponi	Sim
Comissão Auxiliar da Diretoria do Foro de BH - Gustavo Novais Bondan	Sim
Secretaria de Controle Interno - Antônio Cláudio Dos Santos Rosa	Sim

<b>OUTROS PARTICIPANTES</b>
Diretora do Foro de BH - Juíza Luciana Alves Viotti
Assessoria da Diretoria Judiciária - Maristela Lopes da Silva Rodrigues
Assessor-Chefe da Diretoria-Geral - André Luiz Morais Mascarenhas
Secretaria de Gestão Estratégica - Olavo de Oliveira Dantas
Secretaria de Gestão Estratégica - Igor Daniel Costa Jones
Secretaria de Gestão Estratégica - Ludmila Azalim Rodrigues da Costa
Secretaria de Gestão Estratégica - Victor Aubin Verzani Souza
Secretaria de Gestão Estratégica - Juliana Aparecida Ribeiro
Secretaria de Gestão Estratégica - Rainier Felipe Lacerda de Andrade
Secretaria de Gestão Estratégica - Flávia Lopes Caçado
Secretaria de Gestão Estratégica - Priscila Gallo D'Avila Valle
Secretaria de Gestão Estratégica - Rafael Victor Oliveira Morais
Secretaria de Auditoria Interna - Hitalo Fernandes Mine Diniz
Secretaria de Auditoria Interna - Glaucia de Cassia Franco
Secretaria de Auditoria Interna - Walter Batista Maia
Diretoria Orçamento e Finanças - Cynthia Pereira da Silva



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
**Secretaria de Gestão Estratégica**  
**Seção de Planejamento e Estatística**

**ATA DE 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2021**  
**Comitê de Governança e Estratégia (CGE)**

**OUTROS PARTICIPANTES**

Secretaria de Comunicação Social - Ronaldo da Silva

Diretoria Judiciária - Rogélio Bar Neto

Diretoria de Gestão de Pessoas - Manuella Lemos Ribeiro de Carvalho

Diretoria de Orçamento e Finanças - Luciana Correa Cruz Hahne

Secretaria de Auditoria Interna - Glaucia de Cassia Franco

Secretaria de Auditoria Interna - Juliano Andrade Maria